

	<p>TE-SER Social Consultoria e Assessoria de Projetos Ltda. Rua Upamaroti, 1129/121 – Bairro Cristal. Porto Alegre/RS CEP: 90.820-140 CNPJ: 08.798.484/0001-78 Inscrição Municipal: 510.834.26</p>

Análise de Projeto Técnico Social – APT
MUNICÍPIO DE ITAQUI – RS

1. Identificação

Programa: Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50	Contrato nº: X
Ação/Modalidade: Construção de Unidades Habitacionais.	
Empreendimento: Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com população até 50 mil habitantes	
Localização/Município: Itaqui	UF: RS
Fonte de recursos: OGU - Orçamento Geral da União. SEHABS – Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Itaqui/RS	Regime de execução do PPTS: Empreitada Global
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Itaqui/RS	

2. Prazos

Obras: Doze meses	PPTS Treze meses
----------------------	---------------------

3-Valores do Empreendimento (R\$)

	OBRAS	PTTS	TOTAL
Repasso/Financiamento	R\$ 1.000.000,00		R\$ 1.000.000,00
Contrapartida (financeira) - Estado	R\$ 120.000,00		R\$ 120.000,00
Contrapartida (bens e serviços)	R\$ 38.355,00	R\$ 1.645,00	R\$ 40.000,00
Outros			
TOTAL	R\$ 1.158.355,00	R\$ 1.645,00	1.160.000,00

4- População a ser beneficiada

Nº de famílias 40	Nº de pessoas 130	Nº de mulheres Chefe de Família 20	Nº de famílias em situação de risco 00
Renda média familiar (em Salário Mínimo) 1 SM	Nº de idosos 18	Nº de pessoas com deficiência 01	

5- Análise da proposta

ANÁLISE DA PROPOSTA	Sim	Em parte	Não	Não se aplica
5.1 Os dados apresentados/identificados permitem a caracterização da área de intervenção e entorno, sob os aspectos: localização geográfica, urbanístico, ambiental, infraestrutura, equipamentos comunitários e formatos associativos?		X		
5.2 A justificativa apresentada está adequada com a modalidade de intervenção e as características da área e da população beneficiária?	X			
5.3 Os objetivos definidos estão adequados às características da população, área e Programa?		X		
5.4 As atividades do trabalho técnico social estão claramente apresentadas em cronograma?	X			
5.5 As atividades estão em consonância os objetivos do projeto?	X			
5.6 As técnicas e instrumentos de intervenção estão adequados aos objetivos estabelecidos?		X		
5.7 O prazo de execução do projeto técnico social está	X			

compatível com a complexidade e porte da intervenção social?				
5.8 A equipe técnica está adequada para execução do projeto?		X		
5.9 Estão previstos formas e instrumentos para avaliação das atividades?	X			
5.10 Os valores estão compatíveis e adequados às atividades e prazo previsto?			X	
5.11 Os valores estão inseridos no cronograma físico-financeiro do empreendimento?		X		
5.12 Foi apresentado Plano de Reassentamento?				X
5.13 Foi apresentado Plano de Regulamento de Mutirão?				X
5.14 Está prevista a realização de avaliação do trabalho técnico social pela comunidade?			X	
5.15 Existem pendências/exigências (especificar no item 8).	X			

6- Origem dos dados e informações utilizadas para a análise:

- Plano de Trabalho
- Carta Consulta/Carta de intenção
- Fotos
- Pesquisa Socioeconômica
- Curriculum vitae do responsável técnico
- Croquis, plantas, etc.
- Quadro de composição de investimento
- Cronograma físico-financeiro
- Ficha Resumo Empreendimento
- Data da Visita: _____
- Volume operacional e/ou de engenharia
- Outros / Especificar: _____

7-Manifestação técnica

O Projeto de Trabalho Social elaborado pelo Município de Itaquí contempla a construção de 40 unidades habitacionais atendendo 130 pessoas (0,35% da população do município), através da parceria efetivada entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. As casas serão construídas em área cedida pelo município.

Os beneficiários são famílias que ganham até R\$ 678 (Seiscentos e setenta e oito reais) e que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, habitando em moradias precárias e insalubres ou em casas de parentes.

O cadastramento da população beneficiária obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 e Portaria nº 547/2011, do Ministério das Cidades contemplando idosos (45%), mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais e famílias em situação de risco. Quanto aos dados cadastrais, uma vez, que não tivemos acesso às fichas de cadastro a nossa se baseia apenas nas informações descritas no projeto. Dentre estas informações a garantia de que os beneficiários serão atendidos pela rede de serviços públicos como escolas, posto de saúde, CRAS, PSF além do atendimento realizado pela EMATER/ASCAR, CONSEPRO e COMHAB. E que existe um processo constante de troca de informações, entre agentes públicos e privados, garantindo que as ações estejam de acordo com as necessidades e prioridades das famílias beneficiárias.

No que se refere à infraestrutura, observa-se que obedece ao que estabelece a Portaria nº 547/2011 do Ministério das Cidades e legislação municipal. Possui rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e esgoto, sendo que está prevista a construção de fossa séptica e sumidouro. É realizada coleta de lixo regularmente pelos serviços públicos da Prefeitura. Não encontramos nenhuma referência a serviço de transporte coletivo.

As ações, quase que integralmente, estão centradas nas atividades de

educação ambiental. E sobre este aspecto é importante observar que as mesmas não devem sofrer descontinuidade, em consonância ao que estabelece o Decreto nº 4.281/2002, que define que.. “atividades de educação ambiental devem ser permanente e continuada”.* Estas ações serão realizadas sob a responsabilidade da Prefeitura e a metodologia descrita informa as etapas de trabalho, garantindo cumprir os objetivos descritos.

Em relação à equipe técnica - um assistente social e um psicólogo, não temos condições de verificar a experiência dos mesmos sem o respectivo currículo. E conforme a citada Portaria nº 547/2011, item 16.5, o projeto de trabalho deve ser elaborado e coordenado por profissional com formação compatível e experiência comprovada em ações de desenvolvimento comunitário. Mas podemos considerar como suficiente para atender a população beneficiária, assim como, o número de horas para a execução do trabalho social.

O período previsto para execução do projeto social é de 13 meses, o que consideramos suficiente para cumprir os objetivos estabelecidos. E orientar que caso houver necessidade, poderá ser ampliado conforme prevê a Portaria nº 547/2011, item 16.2.1: “A execução do trabalho social poderá ser prorrogada, a critério do proponente, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados”.

Quanto aos investimentos financeiros no trabalho social consideramos muito restrito, prevendo gastos com materiais de consumo pedagógicos, hospedagem e alimentação, não permitindo outras ações.

Enfim, em relação à avaliação será aplicado um questionário verificando se os objetivos estão sendo atingidos, além de outros instrumentos de comprovação como lista de presença, relatórios descritivos e fotográficos. Contudo, como não tivemos acesso ao instrumento não podemos verificar se os dados previstos são suficientes para avaliar as ações do projeto.

Por último, após análise do Projeto Social do Município de Itaqui/RS consideramos que o mesmo deverá sofrer algumas alterações para atender o que determina a Portaria nº 547/2011, Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil), em alguns pontos: 1) No item Identificação no Projeto consta que são 40 famílias atendidas e 130 pessoas. E na Caracterização da População Beneficiária e Caracterização da Intervenção Física consta 50 famílias e 150 pessoas. 2) Na parte metodológica e no cronograma de atividades é feita referencia a financiamento e pagamento, o que não é parte desta operação. 3) E no regime descrito na parte de apresentação consta como autoconstrução, o que está errado, devendo ser alterado para Empreitada Global.

* (Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009).

8-Pendências

- Corrigir o número de famílias e pessoas atendidas pelo Programa nos itens correspondentes.
- Detalhamento do processo de mudança das famílias;
- Apresentar instrumento de avaliação do Trabalho Técnico Social;
- Ampliar os dados sobre caracterização familiar;
- Fazer a verificação quanto aos itens: dados sobre o número de famílias beneficiárias referencia sobre contratação e pagamento na metodologia e cronograma de atividades e alterar o regime de produção do PTTS para empreitada global.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2013.

Alexandre Daniel Noronha
Técnico Social
CRP/07-11374

Cleusa Regina Prates
Coordenadora da TE-SER